

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
Centro de Excelência em Turismo-CET
Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão e *Marketing* do Turismo

**PNT E BASE LOCAL: UM EXERCÍCIO RUMO À DIVERSIDADE
REGIONAL NO PLANEJAMENTO**

Maria Beatriz Lima Vieira

Banca Examinadora

Andres Alfredo Rodríguez Ibarra, Mestre em sociologia/UnB
Orientador

Membro da Banca

Membro da Banca

Brasília, 23 de maio de 2004.

Vieira, Maria Beatriz Lima.

PNT e Base Local: um exercício rumo à diversidade regional no planejamento /

Maria Beatriz Lima Vieira.

55 f.

Monografia (especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Excelência em Turismo. Brasília, 2004. Área de Concentração: Turismo

Orientador: Andrés Alfredo Rodriguez Ibarra.

1. Turismo 2. Política Pública 3. Planejamento 4. Plano 5. Diversidade Regional 6. Base Local

MARIA BEATRIZ LIMA VIEIRA

PNT E BASE LOCAL: Um Exercício Rumo à Diversidade Regional no Planejamento

Comissão Avaliadora:

Andrés Alfredo Rodríguez Ibarra

Professor-Orientador

Professor

Professor

Brasília, DF, 23 de maio de 2004.

Ao Davi, Miguel e Marcelo, bravos e belos filhotes, a vocês dedico este trabalho, apenas o início de um caminhar. A vocês, filhos queridos que, sem abandonarem suas trilhas, no nosso dia-a-dia, apostaram, alegraram e garantiram esta minha singular viagem. Do fundo do meu coração, obrigada por tudo! Amo vocês, desmedidamente.

Ao Dorgil, tão companheiro de vida que foi e que permanece, solidariamente,
companheiro. Pelo sentimento de amor e pela força, sempre reafirmados, carinhosamente,
obrigada.

À Flávia, pelo diário apoio, por ter garantido a cor, o sabor e a luz da nossa casa acesa,
minha sincera gratidão.

Ao Andrés, caro orientador, que pacientemente me viu buscar vários roteiros de viagem e
me ajudou a decidir por este. Grata, muito grata, pelo orientador que foi, pelo grande
amigo que é.

Ao Luiz, colega de trabalho, que gentilmente tantas vezes, diante do computador me
ajudou a superar embaraços, valeu muito, valeu mesmo.

*

A todos, cotidianamente viajantes também, distantes ou próximos, a todos, pelos bons e
tantos momentos partilhados. A cada um especialmente, pelos diferentes sentimentos
vividos, compreendidos. Sobretudo, pela beleza da descoberta, pelo convívio, pela
cumplicidade, pela companhia, pelo sorriso, pela sugestão, pela confiança, pela “boa
sorte”, pelas “boas-vindas”, pelo jeito do olhar, pelo afago, pela sinceridade, pelo ombro,
pela amizade, pela aprendizagem, pela espera, pelo carinho, pelo cuidado, pela atenção. A
todos para os quais contei, conto e possivelmente contarei, e cantarei, os embalos desta
minha viagem. MUITÍSSIMO OBRIGADA!!!

*

Aos meus cães, Luna e Ruque, que fizeram a guarda, noite e dia, fico contente, pelos
latidos vigilantes, pelo olhar protetor.

Ó, nossas praias são tão claras,
Nossas flores são tão raras,

Isto é o meu Brasil!

Ó, nossas fontes, nossas ilhas e matas,

Nossos montes, nossas lindas cascatas.

Ary Barroso – *Rio de Janeiro*

RESUMO

O Plano Nacional de Turismo ressalta como um dos seus objetivos a potencialização e a expansão da atividade turística como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais. O turismo como atividade multidisciplinar e a partir dos lugares em que ele ocorre tem sido refletido e pesquisado pelos Encontros Nacionais de Turismo com Base Local — já na sua sétima edição — coordenados por universidades brasileiras. Este estudo tem como objeto de pesquisa o PNT e os referidos Encontros. O Plano como expressão de políticas públicas governamentais, a conectividade com várias áreas de conhecimento no estudo e nas práticas turísticas e um breve histórico dos Encontros realizados são as questões abordadas. Do PNT, como instrumento de planejamento, são apresentados o diagnóstico e os princípios orientadores, informados os objetivos gerais e específicos, descritas as metas, os macro-programas. As contribuições destacadas nos trabalhos apresentados nos Encontros referem-se a políticas públicas para o turismo, educação ambiental, base e planejamento comunitário, trabalho e emprego, paisagens, patrimônios, espaços públicos, turismo rural e parques nacionais. O descompasso e a distância entre os propósitos do Plano a serem alcançados dentro de quatro anos e as possibilidades e limitações pesquisadas, registradas e reclamadas por aqueles que vivem a temática turística nos diversos lugares e regiões do país requer uma reflexão mais ampla e mais aprofundada na definição de políticas públicas e formulação de planos governamentais.

Palavras-chave: política pública, planejamento, plano, encontros, turismo, diversidade regional, base local.

ABSTRACT

The Tourism National Plan (PNT) highlights as one of its goals the potentialization and expansion of the touristic activity as a means of reducing regional and social inequalities. Tourism, as a multidisciplinary activity and starting from the locales in which it occurs, has been reflected and investigated by the Local-Based Tourism National Encounters—now in its seventh edition—which are coordinated by Brazilian universities. This study's objects of investigation are the PNT and the referred Encounters. The Plan, as an expression of governmental public policy, the connectivity with diverse areas of knowledge that appears in the study of touristic practice and a brief historic *resumé* of the Encounters that have been promoted up to this moment, are the questions approached. Concerning the PNT, as an instrument of planning, the diagnosis and the orienting principles are presented, the general and specific objectives informed, the goals described, its macro-programs. The contributions highlighted in the papers presented at the Encounters refer to public policies for tourism, environmental education, communitarian basis and planning, labor and employment, landscapes, patrimony, public spaces, rural tourism and national parks. The lack of a common concern and the distance between the aims that the Plan settles as those to be achieved within the four years of its scope and the limitations and possibilities investigated, registered and claimed by those who deal closely with the touristic thematics at the diverse locales and regions of the country requires a deeper and wider reflection at the definition of public policies and at the formulation of governmental plans.

Keywords: public policy, planning, plan, encounters, tourism, regional diversity, local-basis.

SUMÁRIO

1. Introdução.....	10
2. Desenvolvimento	13
2.1. Considerações preliminares.....	13
2.1.1. Planejamento governamental, plano e política pública.....	14
2.1.2. Turismo como atividade complexa.....	15
2.1.3. Os Encontros Nacionais de Turismo com Base Local – breve histórico.....	16
2.1.3.1. ENTBL I.....	16
2.1.3.2. ENTBL II.....	17
2.1.3.3. ENTBL III.....	17
2.1.3.4. ENTBL IV.....	17
2.1.3.5. ENTBL V.....	18
2.1.3.6. ENTBL VI.....	18
2.1.3.7. ENTBL VII.....	19
2.2. O Plano Nacional de Turismo (PNT-2003/2007)	20
2.2.1. Instrumento de planejamento.....	21
2.2.2. Problemas diagnosticados.....	21
2.2.3. Princípios orientadores do PNT e os vetores de governo.....	21
2.2.4. Objetivos gerais.....	22
2.2.5. Objetivos específicos.....	22
2.2.6. Metas para o período 2003-2007.....	22
2.2.6.1. Primeira meta.....	23
2.2.6.2. Segunda meta.....	23
2.2.6.3. Terceira meta.....	24
2.2.6.4. Quarta meta.....	24
2.2.6.5. Quinta meta.....	24
2.2.7. Os Macro-Programas.....	25
2.2.7.1. Macro-Programa 1.....	25
2.2.7.2. Macro-Programa 2.....	25
2.2.7.3. Macro-Programa 3.....	26
2.2.7.4. Macro-Programa 4.....	26

2.2.7.5. Macro-Programa 5.....	27
2.2.7.6. Macro-Programa 6.....	28
2.2.7.7. Macro-Programa 7.....	28
2.2.8. Entidades partícipes do PNT.....	29
2.3. Contribuições dos Encontros.....	29
2.3.1. Políticas públicas e turismo.....	29
2.3.2. Educação ambiental e turismo.....	32
2.3.3. Base comunitária e turismo.....	33
2.3.4. Trabalho e turismo.....	34
2.3.5. Paisagens, patrimônios, espaços públicos e turismo.....	36
2.3.6. Questão rural e turismo.....	38
2.3.7. Parques nacionais e turismo.....	39
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
4. BIBLIOGRAFIA.....	45

1. INTRODUÇÃO

O Plano Nacional de Turismo –PNT 2003-2007 ressalta, dentre seus objetivos, a potencialização e a expansão da atividade turística como forma de reduzir as desigualdades regionais e sociais.

Com esse propósito, busca na diversidade regional a motivação e os caminhos para o desenvolvimento turístico brasileiro.

As diversidades expressas nos recursos naturais e culturais do país nas quais o Plano se apegam são praias, cachoeiras, florestas, serras, montanhas, cerrado, diferenças climáticas, aspectos regionais singulares, etc, e localizam-se num determinado lugar.

O turismo implica o deslocamento de pessoas na busca de situações que se manifestam nos mais variados lugares. As ações turísticas uma vez em curso, ou as práticas turísticas repercutem nesses lugares e nas comunidades que ali habitam, promovendo acréscimos, destruições ou modificações.

Que são verificadas, avaliadas, analisadas nos seus diferentes aspectos e por diversos pontos de vista, perspectivas. O turismo como uma atividade complexa, pelos diversos fatores que o influenciam e pelos diferentes reflexos que ocasiona, é abordado de forma multidisciplinar.

Pretendendo se consolidar como um espaço de debate e reflexão capaz de propiciar o debate, a problematização, o questionamento, o intercâmbio de conhecimentos e a troca de experiências foram criados os Encontros Nacionais com Base Local, já na sua sétima edição.

Realizados pelas universidades de diversos estados, coordenados pelos departamentos de geografia, destacam a importância de se constituir um espaço que oportunize o debate de questões locais que o turismo enfrenta, para que possam, desta forma, contribuir para a formulação e avaliação das políticas públicas para o turismo brasileiro.

O presente estudo destaca algumas questões relevantes do Plano Nacional de Turismo-PNT (2003-2007), bem como ressalta posicionamentos importantes verificados nos trabalhos apresentados nos quatro últimos Encontros Nacionais de Turismo com Base Local. Posições essas que, embora ressaltem as possibilidades alertam para os limites de desenvolvimento de uma determinada área, de um segmento potencialmente turístico. Muitas vezes não compreendidos ou relevados nas políticas públicas, em várias esferas de intervenção governamental, e assim, equivocadamente dimensionados nos planos de ação.

As intenções das políticas públicas que se expressam também através de planos muitas vezes otimizam por demais as possibilidades de serem atingidas as metas e viabilizados os programas a que se propõem alcançar e desenvolver. Resultam iniciativas, muitas vezes, interrompidas. Expectativas que restam em desânimos. Estruturas, grupos de trabalho que se perdem ou se desfazem.

No âmbito de algumas universidades, tem se efetuado diversos debates sobre as possibilidades e limitações do turismo. Pelos impactos e repercussões decorrentes tem sido objeto de investigação e de pesquisa. Num primeiro momento por envolver deslocamentos físicos, a ocupação e uso intensivo de lugares, é motivo de estudo para os geógrafos. Por acarretar mudanças de comportamentos, de valores e de práticas tradicionais e repercutir nas relações sociais é objeto de análises antropológicas, sociológicas, psicológicas, além de outras. Mister se faz que as inquietações, os conflitos, as dúvidas, as certezas e incertezas, as experiências, as vivências, os sucessos e os fracassos de iniciativas que ocorrem nos diferentes lugares sejam levadas para a discussão de fóruns acadêmicos e ali percebidas e aprofundadas à luz de vários olhares, diferentes concepções, problematizadas e disso surjam sugestões, contribuições, deliberações coletivas a serem encaminhada para conhecimento público. E contribuir para que as vivências e experiências locais, que de forma mais direta e mais rápida podem captar e traduzir os problemas e anseios turísticos de um determinado lugar, possam também validar ou não planos concebidos para promover o turismo brasileiro, os brasileiros turistas.

Partindo-se de algumas considerações preliminares que situam um plano de ação com uma das expressões das políticas públicas governamentais e que alertam para uma abordagem mais ampla da temática turística, após um breve histórico dos quatro últimos Encontros Nacionais de Turismo com Base Local realizados, são destacados os problemas

diagnosticados do turismo brasileiro. Os princípios que orientaram a formulação do PNT em vigor, os objetivos a serem perseguidos, as metas a serem alcançadas por meio de macro-programas, por sua vez, desdobrados nos programas pontuados serão informados. Num segundo momento, algumas contribuições dos encontros pesquisados serão apresentadas, temas como políticas públicas, educação ambiental, base comunitária e planejamento, trabalho, paisagens, patrimônios, espaços públicos, situação rural, parques nacionais, nas suas conexões com o turismo. Na sequência, as Considerações Finais retomam questões centrais das contribuições analisadas nos trabalhos debatidos nos encontros e reafirmam a necessidade e a importância de se buscar práticas que possibilitem o conhecimento da realidade turística brasileira, a partir dos lugares onde ela ocorre e nas condições que ela é possível e o traduza nos processos de planejamento.

Como metodologia de trabalho este estudo foi realizado com os seguintes procedimentos:

- a) busca de informação e dos anais dos encontros citados;
- b) leitura preliminar de todos os trabalhos apresentados;
- c) seleção dos trabalhos a serem verificados;
- d) análise dos principais posicionamentos sobre cada tema proposto;

2. DESENVOLVIMENTO

2.1. Considerações Preliminares

Levadas em consideração as dimensões continentais, as condições climáticas do país, o imenso potencial de atrativos naturais brasileiros, os patrimônios históricos e a rica expressão cultural, a diversidade regional é mencionada nos planos governamentais, nos debates em diferentes fóruns e *marketings* turísticos.

Tendo na zona costeira a sua maior incidência, e conseqüentemente mais estudos e maiores intervenções, mas também, já em vários lugares, a sua saturação, o turismo se expande, introduz-se país afora, alcançando florestas, cachoeiras, rios, montanhas, ilhas, reservas etc. e se apropria de espaços, de lugares.

Seus impactos, de forma geral, tanto em termos de riscos, como em termos de novas, oportunidades têm sido medidos e analisados. Mirado por uns em função do seu rápido e positivo retorno e visto por outros com desconfiança em função do seu apelo de desenvolvimento a qualquer custo, torna-se objeto de investigação e planejamento governamental.

No nível da formação de opinião, há forte pressão de organizações da sociedade civil no sentido ambientalista. O fortalecimento desse setor cria barreiras, dificuldades e exige maiores critérios na implantação dos equipamentos turísticos.

No contexto da crise financeira do Estado Nacional brasileiro agrava-se a competitividade entre os estados da federação e é nesse contexto que ele, o turismo, torna-se uma possibilidade de desenvolvimento regional na estratégia do Plano Nacional de Turismo, dentro de uma política que pressupõe os diferentes níveis de governo, federal, estadual e municipal, ou as diversas regiões do país e que é sustentada por vários setores de atividade: assim, sua implementação torna-se mais complexa e, sua eficácia, menos garantida.

Pela expressividade de riquezas naturais e culturais que contempla ou é contemplado, pela movimentação e deslocamento que sugere, por seus impactos de todas as ordens, pelas perspectivas que alenta, pelas pressões ambientais que recebe, pelo tratamento que lhe é dado pelo setor privado e público, pelas restrições que lhe são impostas, o turismo é objeto de investigação de todas as áreas de conhecimento.

Seu estudo intermultidisciplinar se impõe para a compreensão da sua motivação, da sua dinâmica e, particularmente neste estudo, para o entendimento das repercussões que confere aos lugares, dessa forma sendo alvo especial das abordagens geográficas contemporâneas. E, entre outras significativas questões e como possibilidade de estudos, pesquisas, análises e intervenções eficazes indica a necessidade de uma compreensão epistemológica de “termos” como território, lugar, não-lugar, territorialidade e paisagem.

Os destaques feitos ao Plano Nacional de Turismo, 2003-2007, sem uma avaliação ou um comentário mais amíúde, informam os propósitos governamentais relativos ao turismo no Brasil e pertinentes ao seu objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais apoiado nas diversidades regionais. Propósitos esses pautados no diagnóstico feito, orientados por princípios afirmados e consubstanciados nos objetivos gerais e específicos, metas e macro-programa

Para contextualizar o Plano Nacional de Turismo como instrumento de intervenção governamental, o que o determina, o condiciona, de quais circunstâncias um plano de ação faz parte, nos referenciamos em algumas considerações presentes em dois estudos que nos pareceu oportuno citar:

2.1.1. Planejamento governamental, plano e política pública

Como estudiosos do planejamento governamental e das políticas públicas do turismo, os professores Davis Gruber Sansolo e Rita de Cássia Ariza da Cruz, ao fazer uma análise crítica do atual Plano Nacional de Turismo, procedem a uma distinção entre planejamento governamental, plano e política pública:

“Planejamento é um processo contínuo de tomadas de decisão, voltado para o futuro e para a perseguição de um ou mais fins. Como processo, o planejamento tem um forte sentido de intangibilidade e não pode, portanto ser confundido com um plano, que é um documento que reúne um conjunto de decisões sobre determinado tema/área/setor.

“Planejamento governamental nada mais é do que o planejamento que se faz no âmbito das administrações públicas, considerando-se suas diferentes escalas de gestão.” (SANSOLO, Davis G, e CRUZ, Rita de Cássia A.)

Ao focar a política pública como as decisões tomadas ou não pelo governo sobre determinada temática social, os autores referidos a diferenciam:

“Vista assim de forma tão abrangente, a política pública funde-se ao próprio processo de planejamento, com a diferença de que o planejamento é o processo e a política pública é o posicionamento da administração pública frente a um aspecto da vida social em um dado momento. Este posicionamento pode ser exposto na forma de um documento – tal como o plano – e ter, conseqüentemente, a visibilidade que se espera de uma política pública ou não.” (Idem)

Quando abordam o turismo, do ponto de vista da intervenção governamental, afirmam:

“Uma cultura de valorização do turismo não é algo que se constrói da noite para o dia ou por meio de atos administrativos ou de diplomas legais. Isto somente pode ser construído social e historicamente. E, historicamente, a administração pública federal no Brasil jamais tratou o turismo, de fato, como uma atividade relevante. Ao contrário, sua relevância resumiu-se apenas ao plano do discurso. Daí, possivelmente, diversos setores da administração pública, em suas diferentes escalas, serem refratários ao tratamento de temas pertinentes ao desenvolvimento do turismo, mantido, freqüentemente, fora das agendas das políticas públicas setoriais pelas quais deveria ser considerado” (idem)

Ao confrontarem o planejamento governamental atual com o do governo anterior questionam qual a política pública que sustenta o atual PNT e concluem:

“Por outro lado, a política pública de FHC, previa a elaboração de um plano nacional de turismo que nunca foi feito. Ou seja, em termos de planejamento governamental, ainda não vivenciamos um processo completo em que política pública federal e plano nacional de turismo fossem objetivamente organizados, devidamente congruentes e necessariamente publicizados” (idem)

2.1.2. Turismo como atividade complexa

Ao se referir ao planejamento turístico e velhos modelos, Simone Calistro Fortes e Carlos Alberto Cioce Sampaio, pesquisadores da Universidade Regional de Blumenau e autores do artigo intitulado “Planejamento Turístico Local: uma superação de processos

assembleístas e de localismo exagerado”, que reflete sobre as concepções participativas nos planejamentos turísticos locais, ressaltam que:

“Tão rápidas quanto a ascensão da atividade turística às vitrines globais foram as medidas tomadas para organizar a chegada e a instalação de tal novidade. Neste cenário prevaleceu a visão tecnicista e fragmentada dos primeiros planejadores.” (FORTES Simone C., e SAMPAIO, Carlos A. C)

Reclamando da “pouca percepção da interconectividade do turismo”, percebida no seu ensino e verificada nos processos de planejamentos, os autores mencionados ressaltam a importância do turismo, como atividade complexa, ser abordada, estudada e pesquisada sob diferentes focos:

“O turismo é relegado a uma discussão disciplinar no âmbito da administração e economia e, ainda, parametrizada no enfoque do racionalismo utilitário, baseado no cálculo de consequências individuais (intra-organizacional) que se reproduz nos vetores de eficiência e eficácia econômica incorporados nos modelos de planejamento turístico. Em outras palavras, além da problemática do turismo ser tratada de maneira reducionista, sem interconectividade com as demais disciplinas, os atores sociais têm dificuldade de pensá-la com um olhar mais agregativo (extra-organizacional), baseado no cálculo de consequências coletivas que se reproduza no valor de efetividade organizacional.” (idem)

Como referência deste estudo, pelas questões trazidas por aqueles que percebem e analisam a atividade turística, do ponto de vista de desenvolvimento com base local, temos O Encontro Nacional de Turismo com Base Local, já na sua sétima edição. Para melhor situá-los, procedemos a apresentação de seu breve histórico

2.1.3. Os Encontros Nacionais de Turismo com Base Local – breve histórico

2.1.3.1. ENTBL I

Sob a coordenação da Universidade de São Paulo-USP, e organizado pelo Departamento de Geografia, foi realizado o I Encontro Nacional de Turismo com Base Local - I ENTBL, em 1997. Este encontro, primeiro dos sete já ocorridos, teve como inspiração criar um espaço no âmbito acadêmico para discutir alternativas de turismo mais adequadas às realidades regionais/loais e refletir sobre a mobilização de capitais e agentes locais, tanto na concepção quanto na implantação de projetos de pequeno e médio porte.

O evento foi aberto com a conferência proferida pelo professor Milton Santos sob o tema “Turismo e lugar: micro-economia e novo planejamento”.

2.1.3.2. ENTBL II

Com o mesmo propósito, em novembro de 1998, em Fortaleza, realizou-se o II ENTBL, junto ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Ceará - UECE. Esse encontro discutiu a atividade turística como vetor de desenvolvimento local e suas implicações sócio-espaciais. As conferências realizadas abordaram, entre outras questões, a territorialidade no uso turístico, a abordagem geográfica do turismo e o desenvolvimento local.

2.1.3.3. ENTBL III

O III ENTBL, realizado em Manaus, em outubro de 1999, no Campus da Universidade do Amazonas, trouxe como temática central: “Turismo, mitos e ritos”. O turismo na Amazônia passou a ser, a partir desse encontro, inserido como temática obrigatória em todos os encontros seguintes, bem como criou-se um grupo de estudo sobre o turismo na Amazônia.

“Rituais para o planejamento do turismo”, “Ecoturismo na Amazônia”, “O papel da fantasia no turismo e na paisagem”, foram algumas das conferências realizadas naquele evento.

2.1.3.4. ENTBL IV

A comemoração dos 500 Anos de Descobrimento do Brasil foi a temática central do IV Encontro, realizado em Joinville-SC, em novembro de 2000. O tema central girou em torno do ecoturismo e os grupos de trabalho foram organizados sob os seguintes eixos:

- agroturismo e turismo rural;
- educação ambiental e patrimonial;

- turismo e preservação ambiental;
- contribuições de outras disciplinas para os estudos sobre turismo;
- impactos socioculturais e socioeconômicos do turismo;
- planejamento do turismo e patrimônio cultural;
- turismo alternativo;
- turismo como atividade multissetorial;

2.1.3.5. ENTBL V

Realizado em Brasília-DF – na Universidade de Brasília-UnB –, e promovido pelo Departamento de Geografia, em novembro de 2001, o V ENTBL teve como tema central as “Políticas públicas e o lugar do turismo”. A justificação do tema central escolhido é destacado na apresentação do livro que reúne os artigos apresentados naquele evento:

“Discutir o tema das políticas públicas e o turismo na capital político-administrativa do país foi, no mínimo estratégico. Estratégico no sentido de atrair a atenção e de concretizar a participação de representantes do poder público federal no evento, chamados para discutir com técnicos e pesquisadores aspectos relevantes da atividade turística; estratégico no sentido de dar visibilidade a um fórum acadêmico-científico que tem, entre outros objetivos, o de contribuir, por meio de um conhecimento novo, para eventuais e necessárias mudanças no quadro social que se nos apresenta.”
(Anais do V Encontro)

2.1.3.6. ENTBL VI

“Pensar o patrimônio: turismo, cultura e meio-ambiente” foi o tema do VI ENTBL, ocorrido em outubro de 2002 na Universidade Federal de Mato Grosso do SUL, em Campo Grande. Os patrimônios ambiental e cultural, como suportes básicos na atividade turística, sua história, seu uso, foram os focos maiores.

2.1.3.7. ENTBL VII

Com o objetivo de refletir sobre as especificidades do turismo, da cultura e de seu papel na transformação do lugar e do seu cotidiano, foi realizado o VII ENTBL, em Ilhéus – na Universidade Estadual de Santa Cruz-UESC –, em novembro de 2003. Como eixo para apresentação dos trabalhos e proposta para os debates realizados, o Encontro centrou-se nos seguintes pontos:

- discutir propostas alternativas de pesquisas mais adequadas às realidades nacionais a partir de experiências fundamentadas no desenvolvimento turístico das localidades;
- promover e divulgar a produção científica acadêmica das universidades;
- encontrar formas de valorizar a cultura local através do turismo;
- socializar a arte popular, o artesanato, o modo de vida local e a arte regional.

Na sua sétima edição, Os Encontros Nacionais de Turismo com Base Local., na avaliação dos seus organizadores, vão se consolidando entre os eventos nacionais como importante fórum para o debate acadêmico-científico do turismo.

As discussões têm se processado em mesas-redondas, conferências, painéis e grupos de trabalho, contando com participantes de áreas diversas do conhecimento que têm interface com a atividade turística. Além disso, esses participantes – estudiosos, docentes, pesquisadores, profissionais – são de procedências nacionais e internacionais as mais diversas.

Excursões culturais e visitas técnicas complementaram a programação dos eventos.

2.2. O Plano Nacional de Turismo (PNT-2003/2007)

Uma meta existe para ser um alvo,
Mas quando o poeta diz meta
Pode estar querendo dizer o inatingível.

Gilberto Gil - *Metáfora*

2.2.1. Instrumento de planejamento

O Plano Nacional de Turismo é apresentado como “um instrumento de planejamento do Ministério do Turismo que tem como finalidade explicitar o pensamento do governo e do setor produtivo e orientar as ações necessárias para consolidar o desenvolvimento do setor do turismo” e é mencionado como resultado e como condição de uma ampla discussão efetuada pelos atores sociais envolvidos e unidos por esta temática nos diversos segmentos em que atuam, nos níveis federal, estadual, municipal.

A Mensagem do Senhor Presidente da República que o apresenta, assim a ele se refere:

“Estamos apresentando uma proposta de construção coletiva de um plano com visão compartilhada. A perseverança na busca da unidade na nossa diversidade será constante. Estamos convencidos de que essa atividade está destinada a constituir-se em fator decisivo para ampliação de oportunidades e para utilização sustentável de nossos recursos naturais e culturais, proporcionando um desenvolvimento conseqüente e equilibrado em todo território nacional.” (**Plano Nacional do Turismo**)

A Mensagem do Senhor Ministro do Turismo destaca:

“O Plano Nacional foi concebido de forma coletiva, com uma ampla consulta às mais diversas regiões brasileiras e a todos os setores representativos do turismo e constitui-se em um processo dinâmico de construção permanente. Traduz uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística.” (idem)

2.2.2. Problemas diagnosticados

A desarticulação até então verificada entre os setores governamentais é destacada no diagnóstico apresentado no Plano como motivo de dificuldades na formulação e

sustentação de políticas públicas voltadas para o turismo: “a falta de articulação entre os setores governamentais tem gerado políticas desencontradas, fazendo com que os recursos destinados ao setor se percam em ações que se sobrepõem ou que não estão direcionadas para objetivos comuns” (idem).

Políticas governamentais desencontradas e sobrepostas e a ausência de uma adequada interlocução entre o setor público e o privado são considerados como agravantes dos problemas diagnosticados, entre os quais destacam-se:

- ausência de um processo de avaliação de resultados das políticas e planos destinados ao setor;
- insuficiência de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro;
- superposição dos dispositivos legais nas várias esferas públicas, requerendo uma revisão de toda legislação pertinente ao setor;
- oferta de crédito insuficiente e inadequada;
- deficiência crônica na gestão e operacionalização de toda infra-estrutura básica (saneamento, água, energia, transporte) e turística.;
- baixa qualidade e pouca diversidade de produtos turísticos ofertados nos mercados nacional e internacional;
- qualificação profissional deficiente dos recursos humanos do setor, tanto no âmbito gerencial quanto nas habilidades específicas operacionais;
- inexistência de um processo de estruturação da cadeia produtiva que impacte a qualidade e a competitividade do produto turístico brasileiro;
- regulamentação inadequada da atividade e baixo controle da qualidade na prestação de serviços, inclusive no que se refere à defesa do consumidor;
- insuficiência de recursos e falta de estratégia e articulação na promoção e comercialização do produto turístico brasileiro. (idem)

2.2.3. Princípios orientadores do PNT e os vetores de governo

A redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, a geração de emprego e ocupação e o equilíbrio do balanço de pagamento são os princípios orientadores do PNT e os vetores de governo.

2.2.4. Objetivos gerais

Desenvolver o produto turístico brasileiro com qualidades, contemplando as diversidades regionais, culturais e naturais e estimular o consumo do produto turístico brasileiro nos mercados nacional e internacional são seus objetivos gerais, destacados na Mensagem do Senhor Presidente da República: “o Brasil indubitavelmente é um lugar único pela riqueza natural, cultural, econômica e histórica. Isto faz de nosso país um espaço maravilhoso com inúmeros atrativos turísticos, tendo na diversidade nosso instrumento principal de sua potencialização” (idem). Que também, na mesma mensagem, afirma:

“É inegável a nossa vocação para o turismo. Dispomos de todas as condições para cativar nossos visitantes-praias, florestas, montanhas, rios, festivais, culinária diferenciada, parques nacionais, cidades históricas e a tradicional hospitalidade brasileira, assim como os equipamentos, as empresas, e a qualidade dos serviços já encontrados em muitas regiões.” (idem)

2.2.5 Objetivos específicos

Qualificação do produto turístico, diversificação da oferta, estruturação dos destinos, ampliação e qualificação do mercado de trabalho, competitividade, inserção do produto turístico no mercado internacional, ampliação do consumo turístico interno, aumento da taxa de permanência e gasto médio do turista constituem-se os objetivos específicos.

2.2.6. Metas para o período 2003-2007

As metas formuladas e apresentadas e a serem alcançadas pelo turismo no período de 2003-2007 passam por vários pontos, abaixo apresentados.

O turismo deve ser visto como uma atividade geradora de novos empregos e contribuidora para o reaproveitamento da mão-de-obra de outros setores, tornando-se uma alternativa dentro do contexto de desemprego do país: “o problema do desemprego é um dos maiores desafios a serem enfrentados pelo governo federal. O baixo desempenho da

economia brasileira dos últimos anos, agravou este problema em nosso país” (idem), avalia o Plano.

2.2.6.1. Primeira meta

Criar condições para gerar 1.200.000 novos empregos e ocupações no turismo é a primeira meta estabelecida pelo Plano. Para atingi-la, serão priorizadas algumas ações, como a oferta de crédito aos empreendedores e ações de captação de investimentos, no Brasil e no Exterior.

2.2.6.2. Segunda meta

A necessidade de uma promoção diferenciada e contínua de nossos produtos turísticos para o mercado internacional, no sentido de aumentar para 9 milhões o número de turistas estrangeiros no Brasil, constitui-se na segunda meta. Para seu alcance deve ser difundida a imagem de um país moderno, com credibilidade e com produtos de qualidade, que oportunizam negócios, eventos e incentivos, além do turismo de lazer.

A difusão da imagem de país moderno requer que seja integrada na visão do Plano “a essência brasileira, sua cultura, sua diversidade étnica, social e as diferentes regiões do país” (Idem). Pela afinidade cultural existente, os mercados sul-americanos de curta distância e os de longa distância são considerados os mercados-alvos, enquanto que ações consistentes de promoção, disponibilização de recursos e o desenvolvimento de canais de comercialização são formas de estímulo e articulação entre agentes públicos e privados previstas pelo Plano.

2.2.6.3. Terceira meta

A terceira meta por meio da qual quer-se gerar 8 bilhões de dólares em divisas, depende do aumento do fluxo de turistas estrangeiros, bem como seu tempo de permanência no país e sua disponibilidade de gastos. Na visão do Plano, a mudança de

foco da promoção, contemplando a diversidade cultural e regional brasileira, entre outros, amplia o leque de opções e o tempo de permanência do turista no Brasil. “A disponibilização para o consumo de um número maior de serviços turísticos qualificados, o incremento da produção artesanal, o produto típico com a marca brasileira e a integração desses produtos com o turismo” (idem) são ações que se somam e contribuem para o alcance da referida meta.

2.2.6.4. Quarta meta

Apostar no fortalecimento do turismo interno como forma de aumentar para 65 milhões a chegada de passageiros nos vôos domésticos é a motivação da quarta meta. Para isso a oferta de novos produtos, o fortalecimento dos segmentos, especialmente os de negócios e eventos, a melhoria nos aeroportos de menor porte, a normatização da atividade e a capacitação profissional se transformam nos principais eixos de intervenção.

O deslocamento rodoviário deixou de ser referido entre os principais eixos e de ser quantificado em metas em função da confiabilidade dos registros existentes, informa-nos o Plano.

2.2.6.5. Quinta meta

Com o entendimento de que “os produtos atualmente ofertados não contemplam a pluralidade cultural e a diversidade regional brasileira” e que “existe um potencial a ser revelado e trabalhado no interior do país e uma urgente necessidade de encontrar alternativas de desenvolvimento local e regional” (idem) foi formulada a quinta e última meta do Plano, que pressupõe o desenvolvimento de no mínimo três produtos de qualidade em cada estado da Federação e Distrito Federal.

Seu alcance requer, segundo o Plano, “o efetivo envolvimento dos governos estaduais, dos parceiros estratégicos, do setor privado, dos municípios e da comunidade é fundamental neste processo. Dessa forma cria-se o ambiente para alcançar a qualidade, a diversidade e competitividade do produto turístico brasileiro.” (idem)

2.2.7. Os Macro-Programas

Como desdobramentos temáticos e compostos por vários programas, os sete macro-programas presentes no Plano têm como motivação intervir sobre as dificuldades identificadas como limitadoras do crescimento do turismo, e embasarão os projetos e ações a serem discutidos, planejados, executados e avaliados em conjunto com as câmaras temáticas. Os Macro-Programas no geral ressaltam:

- o fortalecimento das relações institucionais entre os órgãos governamentais e a articulação entre o setor público e privado;
- a necessidade de investimentos e financiamentos;
- a disponibilização de uma infra-estrutura básica;
- a ampliação da oferta turística;
- a qualificação do produto turístico;
- a promoção com base na qualidade e diversidade;
- os elementos da informação turística;

2.2.7.1. Macro-Programa 1

A relação institucional do Ministério do Turismo com outros ministérios e órgãos governamentais, a interlocução entre o setor público e privado, a criação do Conselho Nacional do Turismo, a participação do Brasil junto aos organismos internacionais do turismo são questões destacadas pelo Macro-Programa 1: Gestão e Relações Institucionais.

Nele é prevista a criação dos fóruns estaduais, “com o objetivo de aglutinar os interesses, apresentar diagnósticos e propor soluções para as questões que afetam o desenvolvimento do turismo” (idem). Integrar os governos federal, estadual e municipal, como forma de descentralizar o processo de decisão, constitui-se num dos seus objetivos.

2.2.7.2. Macro-Programa 2

Relativamente ao Macro-Programa 2: Fomento, conforme descrito no Plano, “é necessário rever e ampliar a disponibilidade de linhas de crédito e financiamentos

adequados à realidade de cada segmento, atendendo principalmente à pequena e média empresa, que não tem tido facilidade de acesso ao crédito” (idem).

Como forma de facilitar as viagens por todo o território brasileiro, e dessa forma contribuir para o fortalecimento do mercado interno, o financiamento ao consumidor final será outro recurso utilizado. “Captar investidores para projetos localizados em regiões potenciais remotas, ainda não desenvolvidas,” (Idem) destaca-se entre os seus objetivos.

2.2.7.3. Macro-Programa 3

Equilibrar o desenvolvimento das regiões brasileiras, facilitar o acesso do fluxo de turistas, melhorar a qualidade de vida nas cidades onde o turismo se instala, criar condições para implantação de equipamentos turísticos são os objetivos dos programas Desenvolvimento Regional e Acessibilidade Aérea, Terrestre, Marítima e Fluvial que compõem o Macro-Programa 3: Infra-Estrutura.

“As cidades onde efetivamente o turismo acontece, necessitam de água, energia, transporte público, segurança, coleta e destino do lixo, tratamento de esgoto, comunicação, vias públicas e facilidade nos acessos” (Idem), considera o Plano, que também destaca a implementação dos projetos regionais financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, como o Prodetur Nordeste II, Sul, Centro, Proecotur Amazônia ou o Programa Pantanal, como forma de suprir em parte problemáticas de infra-estrutura turística.

2.2.7.4. Macro-Programa 4

A Estruturação e Diversificação da Oferta Turística, Macro-Programa 4, tem nos programas de roteiros integrados e de segmentação o seu suporte:

“Tendo como fundamental a participação dos governos estaduais e de parceiros estratégicos do setor privado, realizaremos um consistente planejamento e executaremos as ações necessárias para estruturar e qualificar os roteiros turísticos integrados que serão constituídos pelos municípios organizados em consórcios.” (idem)

O número restrito de segmentos em algumas regiões brasileiras reflete uma oferta de produtos turísticos caracterizado pela pouca diversidade.

“A normatização e organização destes segmentos importam para o atendimento de demandas específicas do mercado” (idem), considera o Plano, para também destacar que “estruturar e aumentar essa oferta, colocando no mercado, novos produtos de qualidade, compatíveis com a diversidade cultural e contemplando as diferentes regiões brasileiras se constituem um grande desafio” (idem).

2.2.7.5. Macro-Programa 5

O Macro-Programa 5: Qualidade do Produto Turístico se desdobra nos Programas de Normatização da Atividade Turística e na Qualificação Profissional.

“Na formação dos recursos humanos há de se considerar também uma dinâmica social e cultural do destino turístico bem como suas diferenciações regionais” (idem), adverte o Plano.

Considerando importante oferecer ao consumidor nacional e estrangeiro, um referencial de qualidade como forma de garantir os seus direitos; considerando necessário o aprimoramento dos serviços bem como dos métodos de aferição, de certificação; considerando a alta rotatividade nos postos de trabalho e a incorporação de novas tecnologias que requerem capacitação, atualização, adaptações, o Plano indica: “Neste sentido, este Macro-Programa busca desempenhar um papel de indutor da qualificação dos serviços prestados e a estimular os mecanismos de fiscalização para evitar práticas de abusos, tanto nas relações internas do setor quanto na venda ao consumidor” (idem).

O estabelecimento de normas, padrões e regulamentos relativos aos serviços prestados “para referenciar os programas de qualificação profissional e orientar a melhoria da qualidade e segurança dos serviços prestados ao turista” (idem) é um dos seus objetivos.

2.2.7.6. Macro-Programa 6

O Programa de Reposicionamento da Imagem Brasil é um dos três programas que contribuirão para a Promoção e Apoio à Comercialização, Macro-Programa 6.

Este Programa, na suas implicações internas e externas, é assim descrito:

“A promoção do turismo brasileiro no mercado internacional terá como conceito estratégico a diversificação de imagem do país. As ações de promoção e marketing irão orientar a construção do Brasil como destino turístico de um país moderno, com credibilidade, alegre, jovem, hospitaleiro, capaz de proporcionar lazer de qualidade, novas experiências aos visitantes, realizar negócios, eventos e incentivos e ser competitivo internacionalmente. Os programas de promoção e marketing terão como essência a qualidade e a diversidade da produção cultural brasileira, além da nossa diversidade étnica, social e natural.

“Internamente, o turismo deverá possibilitar as viagens às diversas camadas sócio-econômicas, informando e incentivando o conhecimento da diversidade dos produtos nacionais.” (Idem)

A promoção das diferentes regiões brasileiras, visando diminuir as suas desigualdades, e a captação de eventos para o Brasil destacam-se como objetivos a serem alcançados.

2.2.7.7. Macro-Programa 7

O entendimento de que a atividade turística depende de informações que facilitem o seu desenvolvimento é a base do Macro-Programa 7: Informações Turísticas. A necessidade de se consolidar uma boa base de dados, de se estimular a pesquisa de demandas, de se avaliar os impactos e se detectar oportunidades de investimento constituem-se nos programas que lhe darão maior consistência, conteúdo e respaldo. Seu relevo é assumido pelo Plano quando este sustenta que “os dirigentes públicos e privados necessitam de informações essenciais para a tomada de decisão gerencial e para a captação e implementação de novos empreendimentos turísticos” (idem).

E ainda: “a produção e disseminação das informações vão proporcionar o aparecimento de uma nova cultura, referenciada no setor, baseada em números e pesquisas contínuos e confiáveis, facilitando a profissionalização e otimizando a aplicação dos recursos públicos e privados” (idem).

2.2.8. Entidades partícipes do PNT

Por fim, o Plano Nacional de Turismo (2003-2007), na sua parte final, informa as entidades que contribuíram com propostas para sua elaboração. São associações, conselhos, federações, confederações, fóruns de secretários e dirigentes estaduais, instâncias parlamentares, sindicato, secretarias e ministérios, entre outros. Não foi mencionada a participação de universidades brasileiras, bem como, entre os documentos registrados como fonte de consulta para a formulação do Plano, não constam as deliberações tomadas a partir de eventos realizados, no âmbito acadêmico, pelas universidades.

2.3 CONTRIBUIÇÕES DOS ENCONTROS

Um galo sozinho não tece uma manhã:
 Ele precisará sempre de outros galos.
 De um que apanhe esse grito que ele
 E o lance a outros; de um outro galo
 Que apanhe o grito que um galo antes
 E o lance a outro; e de outros galos
 Que com muitos outros galos se cruzem
 Os fios de sol de seus gritos de galo,
 Para que a manhã, desde uma teia tênue,
 Se vá tecendo, entre todos os galos.

João Cabral de Melo Neto - *Tecendo a manhã*

2.3.1. Políticas públicas e turismo

A Influência do Ideário Neoliberal na Formulação de Políticas Públicas de Turismo no Brasil (in www.ivt-rj.net/caderno/bursstyn/burztyn.htm), de Ivan Buzshtyn, trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local e publicado no Caderno Virtual de Turismo em janeiro de 2004 faz referências à necessidade e à forma de regulação por parte do Estado, no seu papel de promotor de desenvolvimento social.

Para a identificar os reflexos da política econômica neoliberal, seu objeto de estudo, no desenvolvimento da atividade turística no Brasil, o autor recorre ao exame de projetos e programas governamentais desde a criação da Embratur até o Programa Nacional de Municipalização do Turismo-PNMT.

Nesse exame, pelo histórico apresentado, verifica-se que objetivos como a democratização do acesso ao turismo nacional, a redução das disparidades econômicas regionais mediante a oferta de emprego e melhor distribuição de renda, e o aumento dos fluxos turísticos, a taxa de permanência e o gasto médio do turista estrangeiro no país, já eram objetivos constantes no planejamento governamental.

Destaca o autor referido no seu trabalho que “na América Latina, e no Brasil em particular, a cartilha da globalização tem sido lido acriticamente. O desmonte da estrutura estatal, como era de se esperar, não apresentou bons resultados e os sinais de seu esgotamento abrem espaços para novas proposições” (idem).

Da sua análise e em relação as possibilidades do turismo destaca algumas questões, aqui resumidas, a serem consideradas:

- as especificidades das áreas onde estão previstas as intervenções governamentais devem ser levadas em conta pela administração pública;
- para o desenvolvimento social de uma dada região, não apenas aspectos econômicos, mas interesses financeiros, sociais, culturais e ambientais que estão implícitos nessa questão devem também ser considerados;
- instrumentos de gestão e monitoramento ambiental para uma constante avaliação das condições de uso dos recursos naturais, como forma de valorização e conservação dos mesmos, devem ser criados;
- as comunidades locais devem constituir-se como sujeitos e não como objetos, não podendo ficar à margem do processo de desenvolvimento da atividade turística. As comunidades estabelecidas próximas aos projetos devem integradas;
- os núcleos de resistência étnico-culturais, como forma valorização da cultura nativa, devem ser reconhecidos pelo poder público.

Em sua palestra proferida na abertura do IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local, sob o título *O turismo e o mito da sustentabilidade – o eterno retorno ao mito*

do desenvolvimento (**Anais do IV Encontro**), Arlete Moysés Rodrigues levanta um tema polêmico, a questão da sustentabilidade, tão mencionada em vários outros trabalhos.

Relativamente ao desenvolvimento do turismo são destacados alguns aspectos:

- a sua sustentabilidade na sua complexidade, em que figura como promotor o Estado em todas as suas instâncias – federal, estadual e municipal;
- o turismo como uma atividade isolada nos planos de governo, sem conectividade com outras atividades da vida nacional;
- os produtores formais e informais do espaço participando e influenciando o desenvolvimento de uma região, de um lugar, de uma área;
- a complexidade do desenvolvimento histórico e sua relação com a atividade turística.

Quanto à questão da sustentabilidade, com referência ao turismo, aponta que “a natureza -como paisagem ou como recurso - transforma-se numa nova mercadoria. É espetacularizada para ativar a atividade turística” (idem). Ao decorrer e problematizar essa questão deixa a pergunta: “podemos pensar o turismo como sustentável se sua tendência é destruir a paisagem que o propicia? Será que o incentivo ao turismo não tem como princípio a produção destrutiva que está presente em todas as atividades econômicas?” (idem)

“O Turismo como suposto vetor de desenvolvimento social e sua subordinação à esfera político-institucional” (SOUZA), trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local, é abordado por Luciana Cristina Teixeira de Souza. Os descompassos nas discussões e as contradições das implementações das políticas de turismo existente em nível nacional e regional foram o foco central do trabalho. Ao analisar os modelos predominantemente atuais de desenvolvimento local e estabelecer um paralelo entre as principais diretrizes propostas por eles, registra:

“Uma vez explicitados os paradigmas nos quais se assentam as novas propostas para o desenvolvimento local, temos uma hipótese de que, em detrimento dos dados e indicadores econômicos que confirmam a importância da atividade do turismo na Bahia e no Brasil, as demandas sociais existentes nas localidades turística acabam por se tornar um importante instrumento de questionamento nosso e da sociedade em geral quanto àqueles recursos que estão sendo captados e reinvestidos no município” (idem)

2.3.2. Educação ambiental e turismo

Em seu trabalho *A atividade turística no município de Jardim – MS*, bem como em *As possibilidades e limites da educação ambiental*, trabalho apresentado no IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local, Silvana A. Lucato Moretti (**Anais do IV Encontro**), destaca duas questões: a primeira delas é a questão dos movimentos ambientalistas que se fortalecem e que, por meio de estudos, pesquisas, e outras formas de intervenção, de denúncias, de alertas, demonstram cada vez mais os limites do modelo de desenvolvimento em relação ao ambiente natural; a segunda trata da vida urbana, onde o ambiente natural cada vez mais é retirado das pessoas e a carência de contato com a natureza – e dos “benefícios psicológicos, espirituais e físicos” que eles causam – leva as pessoas ao “reencantamento para com a natureza”, ou seja, a sua exaltação e o desejo de vivê-la.

As viagens, que se intensificam a partir da década de 1970, tornaram-se o meio para se buscar e alcançar os espaços naturais, para se obter momentos de convivência e contemplação da natureza:

“A natureza, que é um recurso na sociedade moderna, é transformada em uma mercadoria, que é transformada industrialmente em bens para o consumo e pelo turismo em áreas valorizadas pelas suas características únicas, ou seja, transformam-se em lugares únicos, carregados de símbolos (por exemplo Pantanal, Amazônia, etc).” (idem)

A educação ambiental é colocada como uma forte alternativa de conscientização, uma possibilidade de integrar as comunidades locais aos seus recursos naturais que possibilitem a atividade turística. Daí novos comportamentos em relação ao meio ambiente local são estimulados, a participação da comunidade em ações de preservação são reforçadas e a valorização do patrimônio natural e cultural torna-se prática corrente.

No entanto, conforme nos indica a autora, embora os movimentos no sentido de proteção e de boa convivência com o meio ambiente sejam importantes, elas são limitadas pelas problemáticas que contêm ou que ensejam:

“As análises se prendem a metodologias de ensino/ou práticas que visam a mudanças de comportamento individuais, desconsidera-se o essencial que é a reflexão sobre o modelo de desenvolvimento adotado pela sociedade industrial.” (idem)

Indo além:

“A questão que se coloca é este contrário, ao processo de urbanização, produz e consome espaço na perspectiva mercantil, ou seja, deve gerar lucro e renda; o reencantamento da natureza baseado nas regras mercantis propicia a manutenção do ambiente natural equilibrado?” (idem)

2.3.3. Base comunitária e turismo

O trabalho *Turismo sustentável com base comunitária: um diálogo crítico em vila Dois Rios, Ilha Grande, RJ* (idem) de Marilene de Sá Cadei e Marta de Azevedo Irving, discutidos no IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local, aborda duas importantes questões:

- a necessidade de se desmistificar o “modelo único”, um padrão de modelo de planejamento, capaz de se adaptar a todas as culturas e nações;
- a discussão, a criação e a implantação de modelos alternativos de desenvolvimento turístico, mais de acordo com as realidades locais.

Pela multiplicidade que o turismo expressa, a formulação de modelos alternativos deve prever e considerar, além de aspectos que caracterizem aquela localidade e aquela realidade, a existência de diversos interesses locais, interesses esses que, de forma direta ou indireta, estarão refletidos no debate e na definição de propostas.

E é dentro dessa situação que a participação comunitária se dará. As autoras referem-se às várias posições, existentes entre os moradores, com relação ao turismo no lugar. E distinguem os que são contrários, os que apóiam com restrições e os que apostam nos benefícios que ele, o turismo, poderá proporcionar. Configuram-se diferentes posturas, e essas tornam-se motivo para desentendimentos e confrontos entre os moradores:

“A população do povoado, que sempre foi submetida a imposições e limites externos, e nunca foi convidada a participar de sua administração ou discutir o seu modelo de desenvolvimento, encontra-se hoje, marginalizada em relação aos processos de tomada de decisões. Nesse contexto de isolamento e conflito e, fortemente impactada pelo fenômeno crescente do turismo, a comunidade vive um momento crítico de redirecionamento de seus padrões sociais e comportamentais, tendo em vista pressões de natureza diversa, externalidades a que está submetida, e fortes demandas de desenvolvimento local.” (idem)

Nesse sentido o trabalho “Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária: um estudo de caso” (idem), apresentado no IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local, de autoria de Marta de Azevedo Irving, Camila G. de Oliveira Rodrigues e Nilton de Castro Neves Filho reafirma a importância da participação das comunidades locais no planejamento, o que confere a legitimidade desse processo, mas pondera sobre os conflitos e disputas de valores e interesses que interferem na dinâmica social e política de uma determinada localidade, o que faz com que a inserção da comunidade nesse processo requeira uma etapa prolongada de mobilização.

Ao estudarem o processo de planejamento turístico de base comunitária no município de Santa Maria Madalena-RJ, destacam os autores que:

“As prioridades estabelecidas expressaram em seu conjunto uma percepção estratégica sobre desenvolvimento turístico, nela incorporadas e internalizadas as variáveis ambiental e comunitária. É esta expressão da vontade comunitária que deverá nortear os próximos passos para que seja garantida a legitimidade do processo.

“Um ponto de extrema relevância resultante do trabalho foi o reconhecimento pelas lideranças presentes que a construção de uma estratégia de turismo sustentável de base comunitária representa um processo de médio e longo prazo. Sendo assim, muitas das prioridades estabelecidas não estão diretamente vinculadas ao desenvolvimento turístico mas a alguns condicionantes que precisam ser atendidos para que seja possível o turismo sustentável no município.” (Idem)

2.3.4. Trabalho e turismo

Destacamos dois pontos de ênfase no trabalho *Atividade turística e as transformações do trabalho no Pantanal* (idem), de autoria do professor Edvaldo César Moretti, destacado no IV ENTBL: a (des)tradicionalização e a precarização do trabalho, como resultantes da atividade turística e com repercussão no espaço local. O autor refere-se ao trabalho no contexto peculiar turístico do Pantanal, onde esta atividade significa, para empresários, governantes e trabalhadores, as perspectivas de futuro para a referida região. E contextualiza as alterações ocorridas nas atividades produtivas pantaneiras dentro das mudanças verificadas no mundo do trabalho de maneira geral: “estas mudanças, visualizadas no local, mas articuladas ao mercado nacional, são definidas pelas novas exigências do capital, que busca ampliação da mais-valia através da exploração do trabalho” (idem).

A chegada do turismo cria esperanças para os habitantes relativamente a melhores condições de ganhos financeiros e a melhor qualidade de vida. Aos poucos, ao deixarem as atividades que vinham exercendo a tanto tempo – em alguns casos –, vão se amalgamando a situações que o turismo cria:

“Ocorre a ‘destradiconalização’: estes trabalhadores deixam suas atividades tradicionais, como a pesca, o trabalho com o gado e o extrativismo vegetal, e transformam-se, com a atividade turística, em trabalhadores urbanos, assalariados ou autônomos.

“O que era tradicional deixa de ter importância. Para nossa análise, destacam-se as tradições desenvolvidas na relação com o ambiente natural, construídas a partir do ritmo da natureza. A pesca, por exemplo, era realizada ou não de acordo com as condições do meio natural (fases da lua; dia e noite; direção e intensidade do vento etc). Com a atividade turística estas condições naturais são desprestigiadas em função do tempo do turista, que pagou por um determinado número de dias de pescaria, respeitando seu calendário de folga do trabalho e não as tradições locais.” (idem)

Modificações estas nos conteúdos dos trabalhos que repercutem no desempenho econômico verificado, bem como refletem-se nos lugares onde o turismo se instalou:

“Portanto, o lugar Pantanal é produzido e consumido de acordo com estas perspectivas que se apresentam para a sociedade como o novo, como o moderno. Destruir as relações locais (sociais e com a natureza) é destruir a forma como este local foi produzido até então. O novo está no fato de a produção deste lugar, que ao mesmo tempo é destruição, utilizar como parâmetros de quantificação o global. Assim, o que mede o desenvolvimento da região é sua capacidade de inserção no mercado global e, conseqüentemente sua capacidade de competitividade econômica com outros locais que utilizam a atividade turística como base de sua economia.” (idem)

O crescimento do turismo acarreta o crescimento da população e o aumento da força de trabalho local, que não é automaticamente incorporada no mercado, tendo em vista a chegada de outras pessoas naquele local, que também concorrem aos postos de trabalho criados pela atividade turística:

“[...] em contraposição às afirmações de que o setor turístico é aquele que desponta com a maior capacidade de absorver mão-de-obra, é também nesta atividade que a precarização do trabalho é elevada. Com a urbanização turística, ocorre um crescimento acelerado da população e da força de trabalho. Esse crescimento porém não é impulsionado pela inserção da população local, mas pela intensificação dos fluxos migratórios. A atividade turística promove empregos, mas, na maioria dos casos para uma mão de obra qualificada vinda de fora e sazonal com contratos de trabalho precários [...]” (idem)

Nesse sentido também manifesta-se o trabalho *A expansão do turismo em Florianópolis-SC: meio ambiente e trabalho*, (Idem) de Helton Ricardo Ouriques no IV ENTBL, ao analisar a ocorrência dos empregos e ocupações, as implicações e as realidades das relações de trabalho em Florianópolis-SC possibilitadas pela atividade turística,

alardeada como a principal fonte de empregos e rendas para a cidade, com baixa participação do setor industrial na região:

”Particularmente com relação à economia de Florianópolis, as atividades diretamente ligadas ao turismo não são significativas do ponto de vista do emprego formal, pois ocupam menos de 3% da mão-de-obra total do município (Ouriques, 1998 e 1999). Na verdade, a expansão dos empregos no turismo só pode ser explicada pela informalidade, determinante da maior parte das ocupações nesta atividade, inclusive em outros continentes. Tal situação é fundamentalmente expressiva nos balneários florianopolitanos, onde as pessoas ocupadas geralmente o são sem qualquer registro formal. Não podemos deixar de mencionar que a informalidade (que às vezes é preferível à formalidade pelo próprio trabalhador), possui ainda um forte caráter de interesse patronal.

[...]

“Além disso, quando se afirma que o turismo gera empregos, que é o ‘grande’ setor do município, não são enfocados, pelos apologéticos ideológicos, o tipo de ocupações de que se trata, isto é, não se discutem as realidades das relações de trabalho.” (idem)

2.3.5. Paisagens, patrimônios, espaços públicos e turismo

As paisagens constituem-se em importantes recursos turísticos, determinando a possibilidade de um local vir a ser ou não turístico.

Ao analisar as interfaces da relação entre turismo e paisagem, o trabalho *Turismo e paisagem: interfaces de uma relação* (idem), de Ivone da Silva Rodrigues discutido no IV ENTBL refere-se às paisagens, patrimônios, espaços que, em função da atividade turísticas, são inventados, recriados ou fortalecidos em detrimento de outros:

“Este trabalho aborda a relação de ambigüidade entre o turismo e a paisagem, onde alguns locais são devidamente protegidos em sua decorrência, enquanto outros são degradados como consequência. Porém, a necessidade do turismo em ambientes com recursos naturais de qualidade exige que repensemos esta relação.

“Neste sentido, alguns autores têm alertado sobre os efeitos negativos do turismo sobre a paisagem. Na arquitetura, muitas vezes as edificações históricas são ignoradas em função de novas estruturas turísticas. No litoral brasileiro, acontece uma “invasão” imobiliária e, também, os parques nacionais, enfrentam problemas com lixo e depredação. Mas, existem casos em que outras atividades também colocam em risco o turismo, pois causam prejuízos à qualidade das paisagens, por exemplo, a poluição dos rios e o desmatamento.” (Idem)

Em contrapartida, sua possibilidade de contribuir para a manutenção de espaços e recursos naturais que representem o diferencial, e assim sua matéria-prima a ser preservada, é um outro aspecto presente neste trabalho:

“Por outro lado, já existem situações, onde o turismo começa a ser visto como um aliado na conservação de recursos naturais frágeis, de locais de grande beleza cênica ou de locais com ecossistemas de relevante interesse ecológico. Deste modo, muitos municípios apostam no turismo como alternativa de desenvolvimentos e ainda ser capaz conservar seus recursos naturais. Este talvez seja um dos maiores desafios do turismo atualmente.” (Idem)

Ao referir-se ao dilema que as culturas locais vivem entre exaltar situações e modelos novos e rechaçar experiências antigas, “o desejo de fazer parte da cultura cosmopolita, sinônimo de modernidade e civilização, e o regionalismo, visto como algo arcaico, retrógrado, conservador” o trabalho *Lugar de memória: por uma nova aproximação teórica ao patrimônio local*, de Susana Gastal (idem), presente no IV ENTBL, discute a necessidade de se dar novos enfoques à geração de produtos turísticos, destacando a importância dos “lugares de memória” que esses produtos devem incorporar:

“Voltando ao turismo, em sua versão tradicional ele tem sido alimentado por importantes bens culturais. O novo turismo, o dito pós-turismo, exige outros enfoques e categorias de análise, na geração de produtos. Utilizar a categoria ‘lugar de memória’, que passamos a definir como aqueles espaços que a experiência local transformou em lugar, ali acumulando valores cognitivos, valores formais, valores afetivos e valores pragmáticos, pode ser importante ferramenta no diagnóstico turístico de localidades. Em especial no que se refere ao turismo cultural, significa que este deixe de ser submetido apenas a uma visão de cunho mercadológica, e se transforme em importante elemento na prospecção de novos produtos ou mesmo no revigoramento de produtos consagrados.” (idem)

E ainda:

“O lugar de memória pode contribuir para uma metodologia que amplie os critérios dos inventários turísticos no que se refere às manifestações culturais, acrescentando, às questões de tempo e espaço, o critério dos imaginários locais, que fazem a singularidade das localidades, tanto quanto a sua constituição física.” (idem)

O trabalho apresentado no IV ENTBL *Valorização dos espaços públicos como fomento à qualidade de vida e ao turismo* (idem), de Pompeu Figueiredo de Carvalho, refere-se aos espaços público das cidades, com especial destaque para as praças públicas de Curitiba, Rio de Janeiro, Recife e São Paulo, selecionadas para estudo de caso, pelas ações de resgate empreendidas por suas respectivas administrações públicas, como forma de promover a qualidade de vida urbana das populações das referidas cidades: “escolhemos quatro casos significativos no Brasil devido à sua importância pela sua dimensão e seu nível de intervenção planejada, bem como pelas tendências recentes de permanência e destruição” (idem).

Os espaços públicos enfocados foram as áreas públicas das cidades, com diferentes denominações e importantes para o turismo em suas várias modalidades: as áreas verdes, os espaços livres, os espaços abertos, as áreas de lazer, os passeios públicos, os parques, as praças e jardins, as ruas, os calçadões etc: “para este estudo são patrimônios culturais, podendo ser preservados por serem históricos, artísticos ou ecológicos, ser transformados ou desconstruídos, mas nunca destruídos, ao invés, devem ser incrementados nas estruturas ambientais urbano-regionais” (idem).

Em que pese, os destaques de louvor e reconhecimento pelas iniciativas positivas, os esforços de valorização, requalificação, revitalização são vistos com restrição aos interesses turísticos e em detrimento do cidadão local, relegado a segundo plano:

“Muitos espaços públicos são queridos pelos moradores por várias razões e pelas mesmas e por outras interessam também ao turista. Uma praça notável não é apenas um lugar com alto valor estético. A contemplação é importante, mas também o uso manifestado na convivência social dos seus usuários é muitas vezes mais importante que a contemplação. Tais atributos não são exclusivos e o primeiro pode fomentar o segundo e garantir sua permanência, viabilizar uma historicidade.” (idem)

O autor questiona a efetividade das políticas públicas adotadas na preservação dos espaços públicos e os defende como espaços privilegiados a requererem qualidade ambiental, como, prioritariamente, condição de uso e convivência pelos moradores e, em consequência, condição de identificação como atração turística.

“Constata-se, assim, que o turismo e qualidade ambiental são duas metas que interagem sinergicamente, a serem perseguidas pelos governos que buscam o desenvolvimento social pleno e a cidadania. Ao realizar uma viabiliza-se a outra. No Brasil, na atualidade, os espaços públicos – parques e jardins – têm sido negligenciados pelo poder público.” (idem)

2.3.6. Questão rural e turismo

Dois dilemas estruturais básicos que proporcionam outros mais específicos, dificultando o turismo rural, modalidade esta que vem crescendo no país, são temas do trabalho *A natureza e a cultura desafiadas pelo turismo rural* (idem), de Soraya Fleischer no IV ENTBL.

Entende a autora que a busca do campo, do espaço rural, cria uma demanda que por sua vez requer toda uma infra-estrutura para receber os turistas. Os patrimônios que eram

comuns se privatizam e se transformam num produto comerciável. Estabelece-se, então, uma relação comercial entre pessoas que vivem no meio rural e pessoas que vivem na cidade. E duas visões de mundo são contrapostas e comparadas no contexto do turismo:

.” Por um lado, uma vez dentro da lógica do mercado, o empreendimento turístico prioriza a rentabilidade e o imediatismo do lucro ao passo que transforma a natureza e a cultura em commodities. A convivência entre a mercantilização e a sustentabilidade tende a ser bastante tensa. Por outro lado, o turismo proporciona o encontro de duas visões de mundo diferentes, a urbana e a rural. Em geral, os resultados são conflitos de significados, valores e comportamentos.” (idem)

Considera também a autora que quando a natureza é percebida como uma fonte de lucro, sua preservação deixa de ser prioridade, passando de fim a meio. Ressalta que essa situação é mais grave em localidades sem alternativas econômicas, sem perspectivas de melhoria social e com miséria, desemprego e êxodo rural:

“Não há dúvidas que a possibilidade de uma renda fale mais alto do que uma preocupação com a sustentabilidade do negócio. A falta de oportunidades transforma o turismo na alternativa mais imediata e real. Os nativos não hesitarão em trocar suas atividades tradicionais e pouco rentáveis por postos como empregadas domésticas, jardineiros, garçons de pousadas e restaurantes, em deixar que os empregos melhor remunerados surjam e sejam ocupadas por uma mão-de-obra urbana, em vender seus casebres por preços subestimados e mudar para o subúrbio do vilarejo, em passar a produzir o artesanato, a culinária, a música que o turista deseja consumir.” (idem)

O reconhecimento do alcance desses dilemas deve ser feito para, na opinião da autora, possibilitar novos entendimentos e novas práticas do turismo rural brasileiro.

“Reconhece-se a positividade econômica do turismo, mas sua implantação deve visar, prioritariamente, a responsabilidade social e ambiental. Reconhecer estes dilemas estruturais e suas variadas decorrências é um passo para redefinir as estratégias e ações do turismo rural e suplantando os desafios que vêm sendo propostos por esta atividade.” (idem)

2.3.7. Parques nacionais e turismo

Aspectos referentes ao planejamento e à implementação de políticas públicas referentes aos parques nacionais foram mencionados em vários trabalhos analisados, assim resumidos:

- os parques nacionais brasileiros contam, para sua manutenção, com recursos públicos, não existindo outras formas de desenvolvimento e exploração econômica que permita sua sobrevivência ao longo do tempo;

- a motivação popular e o apoio político para os programas de gestão dos parques nacionais têm diminuído, por falta de incentivos;
- o modelo de desenvolvimento dos parques nacionais brasileiros é ainda sustentado pelos princípios do mito da natureza intocada e norteiam as ações administrativas;
- enquanto instituições os parques nacionais eximem-se da responsabilidade de captação de recursos financeiros fora das fontes governamentais;
- conflitos com a população local: medidas restritivas em relação ao uso dos recursos existentes nos parques pela população local;
- conflitos entre as agências governamentais: as agências ambientais responsáveis pelos parques nacionais tendem a ser mais frágeis na estrutura governamental e vulneráveis em relação a conflitos de políticas adotadas e a cortes orçamentários.

Em seu trabalho intitulado *Ecoturismo em parques nacionais: um caminho sustentável para a conservação. Um estudo exploratório no parque nacional de Superagüi-PR* (idem), Clezio Gontijo Amorim, no trabalho que apresenta ao IV ENTBL elege o ecoturismo como alternativa para a conservação dos parques. Em seu estudo levanta alguns dados e faz algumas constatações:

- as áreas de proteção representam atualmente mais de 4% do território nacional e estão distribuídas em diferentes categorias: parques nacionais, reservas biológicas, estações ecológicas, áreas de proteção natural, reservas extrativistas e florestas nacionais.entre essas categorias, os parques nacionais são as áreas protegidas mais procuradas pelos ecoturistas;
- poucos parques oferecem centro de visitação com informações sobre a fauna e a flora da região e, mais raramente, sobre as populações tradicionais;
- a questão central, não é a proibição ou liberação da atividade turística em áreas naturais, mas a qualidade do planejamento ecoturístico como forma de minimizar os impactos negativos e maximizar os aspectos positivo:

“O Brasil possui vocação natural para o ecoturismo. São vários ecossistemas tais como a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, o cerrado, o Pantanal, a caatinga, a Floresta Araucária, os campos, os manguezais e as zonas costeiras e insulares. Todos esses recursos são mal utilizados.” (idem)

E prossegue:

“a política nacional de ecoturismo elaborada a partir da discussão de técnicos de várias áreas assegura, principalmente, melhores condições de vida e reais benefícios para a comunidade local, ferramenta

para a valorização dos recursos naturais para o meio ambiente, fonte de riquezas, divisas e geração de empregos para o país.

“Encontram-se ainda muitas barreiras para que tais benefícios sejam assegurados. Algumas delas são a falta de critérios, regulamentações e incentivos que orientem empresários, investidores e o próprio governo na exploração e conservação dos recursos naturais disponíveis. O ecoturismo no Brasil ainda é desordenado e orientado muito ainda pelas oportunidades mercadológicas, deixando de gerar os benefícios sócio-econômicos e ambientais esperados.” (idem)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Teve este trabalho a intenção de abordar o PNT sob a ótica do, dentre outros, seu objetivo de reduzir as desigualdades regionais e sociais por meio das diversidades regionais e destacar dos trabalhos apresentados nos quatro últimos Encontros Nacional de Turismo com Base Local as reflexões, inquietações, relevantes e pertinentes com aspectos do planejamento e das políticas públicas que contemplam as atividades turísticas, bem como impactos, repercussões, implicações, decorrências do turismo nos lugares. Sublinhe-se especialmente que:

- os destaques trazidos, relativamente ao Plano referem-se ao diagnóstico, aos objetivos gerais e específicos, às metas, aos macro-programas que de alguma forma contemplam os desempenhos de questões regionais;
- evidencia-se o enfoque econômico dado predominantemente pelo Plano e sua questionável disposição de em tão pouco tempo cumprir metas tão ambiciosas.

Das cinco metas que pretende alcançar, quatro delas relacionam-se com divisas geradas, ofertas dos produtos turísticos, demanda pretendida e o consumo realizado. Dessa forma as estratégias, as ações e o aparato institucional propostos por ele voltam-se para a consecução dos melhores resultados econômicos possíveis no tempo limitado de sua gestão.

Importa registrar o enfoque multidisciplinar dado ao turismo e perseguido pelos Encontros. Abstrai-se dos destaques dos trabalhos apresentados a reafirmação de consideração e de respeito aos processos sociais e culturais dos lugares onde a mudanças ou adequações necessárias à instalação do turismo requerem tempo, sendo resultantes de processos sociais por vezes complexos. De outra forma a preservação dos recursos naturais implica sérias restrições e cuidados.

A insuficiência de dados, informações e pesquisas sobre o turismo brasileiro situação diagnosticada e presente no PNT nos leva a reafirmar a importância dos Encontros Nacionais de Turismo com Base Local, promovidos no âmbito das universidades. Temáticas aqui tratadas, como Políticas Públicas, Educação Ambiental, Base Comunitária e Planejamento, Trabalho e Emprego, Paisagens, Patrimônios e Espaços Públicos, Situação

Turística Rural, Parques Nacionais relacionadas ao Turismo, suas possibilidades e limites, requerem acompanhamento, debate, aprofundamentos.

Nos Encontros são ressaltados os limites da educação ambiental, ao se restringir a práticas de preservação ambiental que ocorrem no contexto de mercantilização da natureza; os modelos alternativos, com ênfase na participação comunitária, ao modelo único de planejamento e gestão do turismo incorporam diferentes interesses locais; na urbanização turística inerente ao desenvolvimento do turismo são percebidas a influência do setor imobiliário, as deficiências e inadequações de infra-estrutura, a omissão das regulamentações por parte do setor público e a desconsideração do habitante, em primeiro lugar, no redesenho das cidades; a (des)tradicionalização e a precariedade dos postos de trabalho decorrentes da chegada do turismo num local; a criação, recriação, alteração ou destruição das paisagens e o significado disso para os lugares, a memória incorporada nos patrimônios e inventários turísticos e a valorização dos espaços públicos como possibilidades de convivência social dos moradores e, por isso, atração turística; os dilemas resultantes do confronto de valores e formas de vida, urbana e rural, no turismo; a problemática da manutenção e gestão dos parques nacionais.

O presente trabalho não pretendeu avaliar a execução dos programas propostos no PNT, nem fazer referência as iniciativas tomadas, relativamente às decisões governamentais para a área de turismo, avaliação esta que importa muito ser feita, para que sejam possíveis ajustes, para que os acúmulos sirvam de subsídios na elaboração dos próximos planos.

As questões levantadas não nos permitem decretar o veredicto que condena o Plano ao fracasso. Apenas indicam que questões importantes levantadas pelos Encontros Nacionais de Turismo com Base Local, no âmbito acadêmico, resultado de investigações e de vivências turísticas nos lugares, devem ser previstas como fatores intervenientes, consideradas e melhor aprofundadas.

Os planos governamentais turísticos devem expressar as possibilidades e limitações da realidade, em seus diferentes aspectos, na qual ele se dispõe a intervir e modificar, e dessa forma se constituir num efetivo instrumento de planejamento e de política pública,

nos quais fiquem assegurados a concretização de seus objetivos e metas, bem como fica assegurada a diversidade regional, singular e valorosa do país.

As diversidades regionais que o Plano pretende alcançar e explorar como recursos a serem transformados em produtos turísticos são, por suas características peculiares, suas restrições, frágeis e vulneráveis e requerem esforços institucionais para sua sobrevivência, e assim não fiquem relegadas a sua própria sorte ou a investidas especuladoras externas.

Temos então, de um lado, um plano que ao exaltar a diversidade e possibilidades dos recursos e belezas naturais e culturais espalhadas por esse país afora, releva as limitações e implicações a que essa diversidade está submetida.

Esse é um desencontro que necessita ser refletido e resolvido. A conexão entre aqueles que estão nos lugares a sentir, a respeitar, a pesquisar, a defender e a desejar a preservação e o fortalecimento dos recursos que compõem a nossa diversidade e aqueles que, por força das condições das instituições nas quais estão investidos, formulam estratégias e ações turísticas, esta conexão precisa ser assegurada, como condição de um Plano mais vigoroso e mais vigorosa a diversidade brasileira que ele quer alcançar.

Ao destacar aspectos do PNT e ressaltar inquietações provindas dos trabalhos apresentados nos ENTBL, percebe-se o descompasso e a distância existentes entre o Plano, instrumento das políticas públicas do governo e algumas questões inerentes às realidades dos lugares turísticos. Resolvê-los é o caminho que deve ser perseguido.

O turista, o viajante, de mala pronta, no afã de fazer uma grande viagem e os lugares desejosos de garantirem melhores condições de recebê-lo, desejam esse encontro.

4. BIBLIOGRAFIA

ANAIS do IV Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Realizado em 15 a 18 de novembro de 2000, Joinville SC, in www.redebonja.cbj.g12.br/ielusc/turismo/IVentbl

Livro de Resumos do VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Realizado em novembro de 2003, Ilhéus-BA , UNESCO.

FORTES Simone C., e SAMPAIO, Carlos A. C., “Planejamento turístico local: uma superação de processos assembleístas e de localismo exagerado”, trabalho apresentado no I Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul, realizado em Caxias do Sul, RS, 7 e 8 de novembro de 2003, in **CD ROOM** produzido pela Universidade de Caxias do Sul.

PLANO Nacional do Turismo. Diretrizes, Metas e Programas (2003-2007) apresentado em 29 de abril de 2003 Ministério do Turismo. Brasília, DF, in www.redegoverno.gov.br

SANSOLO, Davis G, e CRUZ, Rita de Cássia A. “Plano Nacional de Turismo: uma análise crítica”, in **Caderno virtual de turismo**, www.ivt.rj.net/caderno

SOUZA, Luciana Cristina Teixeira. “O turismo como suposto vetor de desenvolvimento social e sua subordinação à esfera político-institucional”, trabalho apresentado no VII Encontro Nacional de Turismo com Base Local, realizado em Ilhéus, BA, 4 a 7 de novembro de 2003, in **Livro de resumos** produzido pela Universidade Estadual de Santa Cruz e in e-mail lunasouza@yahoo.com.br